

COMUNICAÇÃO E CIRCULAÇÃO ENTRE A IDADE MÉDIA E A MODERNIDADE: DEBATES, RECONFIGURAÇÕES E ANÁLISES SOBRE UMA TEMPORALIDADE EM CRISE (SÉCS XII-XVII)

## Ecoss de correspondências: apropriações e difusões das cartas de rainhas nas crônicas medievais portuguesas

*Echoes of correspondence: appropriations and diffusion of letters from queens in Portuguese medieval chronicles*

Miriam Coser

*Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.*

**RESUMO:** O artigo analisa as menções, omissões, apropriações, transcrições e paráfrases de cartas escritas ou supostamente escritas pelas rainhas ibéricas Leonor Teles (ca.1347-1386), Catarina de Castela (1373-1418), Felipa de Lancaster (1360-1415) e Leonor de Aragão (ca.1402-1445), efetuadas pelos cronistas portugueses Fernão Lopes (ca.1380-1459), Gomes Eanes de Zurara (1410-1474) e Rui de Pina (1440-1522). Em consonância com os estudos que têm levantado novas indagações sobre o epistolário de mulheres medievais, e os que investigam o papel que as rainhas medievais desempenhavam nos assuntos de seus reinos, o trabalho busca compreender as escolhas feitas pelos cronistas, assim como identificar indícios das relações de gênero no exercício do poder das rainhas nesses “ecos” de suas cartas que chegaram à modernidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** crônicas; cartas; rainhas medievais; gênero; poder.

**ABSTRACT:** *The article investigates the mentions, omissions, appropriations, transcriptions, and paraphrases of letters written or supposedly written by the Iberian queens Leonor Teles (ca.1347-1386), Catherine of Castile (1373-1418), Felipa of Lancaster (1360-1415), and Leonor de Aragão (ca.1402-1445) in the Portuguese chronicles of Fernão Lopes (ca.1380-1459), Gomes Eanes de Zurara (1410-1474) and Rui de Pina (1440-1522). In line with studies that have raised new questions about the epistolary of medieval women and those that investigate the role that medieval queens played in the affairs of their kingdoms, the work seeks to understand the choices made by chroniclers, as well as identify evidence of the relationships between gender in the exercise of the queens' power in these “echoes” of their letters that reached modernity.*

**KEYWORDS:** *chronicles; letters; medieval queens; gender; power.*

\*E-mail: [miriam.coser@unirio.br](mailto:miriam.coser@unirio.br)  
<https://orcid.org/0000-0001-6931-5025>

DOI: 10.22456/1983-201X.138870  
Anos 90, Porto Alegre, v. 31 – e2024108 – 2024

 Este é um artigo Open Access sob a licença CC BY

## Introdução

Pesquisas recentes investigam as correspondências de mulheres na Idade Média, procurando identificar e analisar as redes femininas de poder e influência, assim como os papéis por elas desempenhados em suas respectivas sociedades e que se estabeleciam nos âmbitos religiosos, das cortes, comerciais e familiares (Jardin; Marin; Rochwert-Zuili, 2020).<sup>1</sup> Os epistolários femininos têm sido estudados no intuito de responder a uma série de indagações que novas perspectivas historiográficas levantam, em consonância com as preocupações relativas à historicidade das emoções (Bischetti, 2020), às especificidades de uma escrita feminina historicamente identificável (Beauchamp, 2020) e às relações de gênero e poder no exercício das atividades legitimamente reservadas às rainhas (Garcia Herrero, 2015).

A circulação e a difusão dessas cartas muitas vezes extrapolavam o âmbito privado do destinatário ou destinatária, na medida em que as leituras em voz alta faziam parte da cultura medieval europeia, de maneira que a letra e a voz caminhavam juntas (Zumthor, 2018). Em determinados casos, cartas enviadas por figuras proeminentes das cortes régias eram adaptadas pelos cronistas reais no intuito de embasar ou enfatizar passagens de suas narrativas. Dessa forma, a circulação dos conteúdos emitidos em tais cartas, tal como foram apropriados e transcritos pelos cronistas, acaba por atingir espacialidades e temporalidades muito além dos objetivos iniciais dos/das missivistas.

Os cronistas reais portugueses que escreveram entre os séculos XV e XVI valeram-se de transcrições/adaptações ou apenas menções de cartas escritas por rainhas para contar os eventos a que se propunham. Fernão Lopes (ca.1380-1459), Gomes Eanes de Zurara (1410-1474) e Rui de Pina (1440-1522) sucederam-se na tarefa de escrever as crônicas dos reis de Portugal, nas quais as rainhas acabam por receber certo destaque. Importa-nos aqui, por um lado, buscar compreender as escolhas dos cronistas para mencionar, adaptar ou transcrever determinadas cartas das rainhas e, por outro lado, procurar identificar indícios das relações de gênero no exercício e tentativa de manutenção do poder das rainhas nesses “ecos” de suas cartas. Com esse intuito, selecionamos quatro casos que se destacam nas escritas dos três cronistas mencionados.

O quadro abaixo indica as principais conexões de parentesco relativas às rainhas abordadas no artigo.

RAINHA	FILIAÇÃO	CONSORTE	FILHO COROADO REI
Leonor Teles (ca. 1347-1386) Regente de Portugal (1383-1384)	Martim Afonso Teles de Meneses (descendente de Fruella II, rei das Astúrias e Leão) e Alonça Anes de Vasconcelos (descendente de Sancho I, rei de Portugal)	Fernando, rei de Portugal (1367- 1383), filho legítimo de Pedro I, rei de Portugal	Obs.: A única filha do casal, D. Beatriz, casou-se com João I, rei de Castela (1379-1390)
Catarina de Castela (1373-1418) Regente de Castela (1406-1418)	João de Gante (filho de Eduardo III Plantageneta, rei da Inglaterra, e Filipa de Hainault) e Constança (filha de Pedro I, rei de Castela, e Maria Padilha)	Henrique III, rei de Castela (1390-1406)	João II, rei de Castela (1406-1454)

RAINHA	FILIAÇÃO	CONSORTE	FILHO COROADO REI
Felipa de Lancaster (1360-1415)	João de Gante, duque de Lancaster (filho de Eduardo III Plantageneta, rei da Inglaterra, e Felipa de Hainault) e Branca de Lancaster (filha de Henrique, primeiro duque de Lancaster)	João I, Mestre de Avis, rei de Portugal (1385-1433), filho ilegítimo de Pedro I, rei de Portugal	D. Duarte, rei de Portugal (1433-1438)
Leonor de Aragão (ca. 1402-1445) Regente de Portugal (1438-1439)	Fernando I, rei de Aragão, e Leonor Urraca	Duarte, rei de Portugal (1433-1438)	Afonso V, rei de Portugal (1438-1481)

## Leonor Teles (ca.1347-1386): gritos de socorro

Fernão Lopes foi o encarregado de escrever as crônicas que mencionam a rainha Leonor Teles, a saber: *Crônica do rei D. Fernando* e *Crônica do rei D. João*. Tabelaio, guarda-mor da Torre do Tombo e primeiro cronista em Portugal a receber uma tença régia para tal atividade, serviu aos reinados de D. João I, D. Duarte e parte do reinado de D. Afonso V, incluindo o período das regências da rainha Leonor de Aragão e do príncipe D. Pedro. Lopes reunia características únicas em seu tempo. Era um cronista que não fazia parte das instâncias da Igreja, o que contribuiu para um estilo original de escrita, e tinha acesso a uma vasta documentação do reino depositada na Torre do Tombo, da qual fez uso, mencionando ou transcrevendo tratados com outros reinos, testamentos, bulas papais e correspondências. Percorreu o reino ouvindo testemunhos e recolhendo canções, ditos, e diversas referências aos fatos que se dedicou a narrar, incluindo nomes de logradouros e inscrições de epitáfios, o que resultou em relatos que trazem ações, sentimentos, reflexões, momentos trágicos e também cômicos.

A importância de Lopes no processo de legitimação da dinastia de Avis em Portugal, após a crise instaurada com a morte do último rei da dinastia de Borgonha, D. Fernando, já foi bastante trabalhada pela historiografia (Monteiro, 1988; Maleval, 1982; Fróes 1995; Amado, 2005) e interessa aqui apenas na medida em que a legitimação de Avis impunha deslegitimar a regência de D. Leonor Teles. A imagem traçada pelo cronista de uma rainha lasciva, vingativa e sedenta por poder – que em certa medida foi aceita pela historiografia ao menos até meados do século XX – foi analisada por autoras que se dedicaram, no início do século XXI, ao estudo dessa personagem histórica (Coser, 2003; Oliveira, 2010; Baleiras, 2012).

A rainha D. Leonor Teles tornou-se regente após a morte de seu marido D. Fernando em 1383, de acordo com os termos do Tratado de Salvaterra dos Magos. A única filha do casal, D. Beatriz, foi dada em casamento ao rei de Castela e D. Leonor deveria governar Portugal até que houvesse um neto em idade de reinar. O desenrolar do processo que se convencionou denominar Revolução de Avis (1383-1385) levou ao trono português um filho ilegítimo do rei D. Pedro (ou seja, meio-irmão do marido de D. Leonor) e destituiu a regente designada no Tratado. Após a tomada de Lisboa pelo Mestre de Avis, a rainha, em busca de apoio, recorre ao rei de Castela que acaba por demandar para si o reino de Portugal. Isolada, a rainha é capturada pelo rei de Castela e enviada para ser encarcerada no mosteiro de Tordesilhas.

O destaque que o cronista dá às cartas escritas, ou supostamente escritas, por D. Leonor nesses eventos é notável. Após narrar a tomada de Lisboa pelo Mestre de Avis, Lopes afirma que “A rainha

[...] avia mandado pelo rregno suas cartas, assi aos alcaides dos castelos, como aos homees boos das villas e cidades, fazendo queixume do que avia acontecido e a maneira que aviam de teer, em tomar voz por sua filha” (Lopes, 1945, p. 83). E acrescenta: “e isso mesmo escrepveo a elRei de Castella, que sse trabalhesse de viinr a pressa ao rreino” (Lopes,1945, p. 83).<sup>2</sup>

As cartas chegam aos *homens honrados* de Santa Maria da Feira, que as começam a ler reservadamente, o que gera a curiosidade dos demais habitantes do local, que se unem para indagar: “Que cartas som estas que vos assi leedes de que nos nom sabemos parte?” (Lopes,1945, p. 84). As cartas são lidas então em voz alta no paço do Concelho<sup>3</sup>: “e leudas as cartas, derom nas a huu taballiam que as pubricasse aos de fora” (Lopes,1945, p.85). A reação, segundo o cronista, veio na voz de um dos presentes: “Amigos, o feito he este, eu nom ei pera que me mais deteer em leer o que aqui vem; a conclusom heesta: se queres ter amte com a Rainha ou com o Meestre? (Lopes,1945, p. 85).

As cartas da rainha, no texto de Lopes, parecem convencer os principais do lugar, mas perdem sua eficácia ao chegarem ao povo comum, que não esperam o final da leitura para se colocarem ao lado do Mestre de Avis. O alcance das cartas de Leonor Teles, nesse capítulo da crônica, corrobora a versão de Lopes sobre os eventos da Revolução de Avis, que teria sido um movimento com maciço apoio popular e da baixa nobreza. Além disso, a menção ao documento escrito confere veracidade à narrativa, um dos objetivos expressos pelo cronista no prólogo da crônica.

Após os desentendimentos com o rei de Castela e já a caminho de seu cárcere no mosteiro de Tordesilhas, as cartas são o último recurso de D. Leonor Teles. Mas os pedidos de ajuda da rainha, para o cronista, não foram atendidos porque as cartas não chegaram a tempo:

E indo ella pelo caminho, escreveo mui escusamente suas cartas a MartinhAnes da Barvuda, e a Gomçalle Anes de Castell da Vide, que lhes rrogava aficadamente, rrecomtamdo muitas rrazooes por que o deviam de fazer, que sse fizessem prestes para a tomar no caminho aaquelles que a daquela guisa levavom; e foi tal sua vemtura que as cartas se derom tam tarde, que elles nom ouveram nehoo espaço pera poer em obra seu rrogo. (Lopes,1945, p. 161-162).

Os pedidos de ajuda nas cartas de mulheres em perigo, os *gritos de socorro*, pesquisados por María Jesús Fuente (2020) indicam que os desfechos podiam ser decepcionantes. Fuente analisou as cartas de duas mulheres que ocuparam posições de destaque no reino castelhano que procuram a proteção de homens poderosos. Leonor de Guzman, amante de D. Afonso XI de Castela, que exerceu grande influência no reino enquanto o rei era vivo, se vê correndo perigo após a morte deste e recorre ao rei de Aragão para pedir ajuda (carta de 1350). Blanca de Bourbon, rainha de Castela e preterida pelo rei Pedro I em virtude de sua ligação com Maria Padilha, recorre ao Papa Inocêncio VI em busca de providências (cartas de 1354). *A quase rainha* e a rainha não recebem mais do que palavras de consolo. Fuente aponta para a perda de poder que as rainhas vivenciavam após a morte de seus maridos, mas adverte que as generalizações devem ser evitadas. Ao menos para o cronista português que escrevia no início do século XV, os gritos de socorro de Leonor Teles no desenrolar da Revolução de Avis poderiam ter sido ouvidos, caso tivessem chegado a tempo.

## Catarina de Castela (1373-1418): jogos de gênero

Fernão Lopes narra os eventos que se seguiram à saída de Leonor Teles da cena política portuguesa, relatando a vitória do Mestre de Avis sobre o rei castelhano e a posterior paz com Castela. Narra também o casamento do rei português D. João I, o Mestre de Avis, com D. Filipa de Lancaster, irmã por parte de pai de Catarina de Castela. Ambas eram netas do rei inglês Eduardo III, primas do rei

Ricardo II e irmãs do futuro rei Henrique IV da Inglaterra. A mãe de D. Catarina era D. Constança, filha do rei D. Pedro de Castela com Maria Padilha. Na ocasião da paz com Castela, D. Catarina era a rainha regente desse reino, viúva do rei D. Henrique III e mãe do rei ainda criança, D. João II de Castela. As cartas trocadas por D. João I de Portugal e D. Catarina de Castela são transcritas pelo cronista e revelam aspectos do exercício do poder da rainha castelhana e meandros das relações de gênero e poder.

D. Catarina de Castela escreve ao rei português para pedir que envie galés para ajudar na guerra contra Granada. Antes do pedido, a rainha menciona o empenho dela para a paz entre os reinos: “Eu [...] trabalheime teer sobre ello [...] as melhores maneiras que eu entendy que compria a pera bem de taes feitos virem a boa fim, de guisa que, a Deos muitas graças, a paz he acordada amtre el Rey meu filho e seus Regnos” (Lopes, 1949, p. 442). O empenho da rainha para a paz é reconhecido na resposta de D. João I: “fazemos vos saber que vimos a carta que nos per Alvaro Gonçalvez da Maia, Scirpvam da vossa Camara enviastes, na quoall era comtehudo que vos avies trabalhado sobre os feitos da paz” (Lopes, 1949, p. 443).

O pedido da rainha para ajuda na guerra contra Granada é específico, indicando que a rainha estava ciente do grau das necessidades de reforços: “he muito necessario aver de vos ajuda de dez ou doze gales, pera o primeiro verão em que se há dita guerra fazer ouver” (Lopes, 1949, p. 442). O rei português responde positivamente à demanda, demonstrando entusiasmo: “e destas gales que nos madastes demandar a nos praz, pera o primeiro verão em que voso filho fizer a guerra, de as mandar laa em sua ajuda” (Lopes, 1949, p. 444).

D. Catarina de Castela se dirige ao cunhado repetidamente como *caro e amado irmão* e *prezado e amado irmão* e o rei português a trata como *mui cara e mui amada*, *irmã e amiga*, também diversas vezes, indicando a imbricação entre o íntimo e o público que as cartas de mulheres proeminentes adquirem especialmente a partir dos séculos XIV/XV. Mostrar intimidade com o interlocutor é uma estratégia utilizada para sensibilizá-lo antes chegar ao ponto central da carta (Fuente, 2020; Nieto Soria, 2018).

A rainha na função de regente escreve sempre em nome do filho e a resposta do rei tem o mesmo teor: é o filho da rainha que vai fazer a guerra. E é em nome do filho que a rainha dá garantias de reciprocidade ao rei português: “vos paraza de outorgar e fazer a el Rey meu filho a dita ajuda, que certifico que elle vos fara outra semelhante quaoamdo vos dele compridoiro for” (Lopes, 1949, p. 442).

Entretanto, segundo Lopes, quando o rei português solicitou ajuda semelhante à rainha, recebeu resposta negativa. O cronista não transcreve essa segunda troca de cartas, mas faz a seguinte paráfrase da carta de Catarina de Castela: “a quoall lho agradeceo quato emtemder podes, mas disse que ella era molher a que nã pertenciam feitos de guerra, e que el Rey seu filho nã era de tamtos anos que em ella podesse ser, e que por esto lha nã comvimha de se despoer a tall obra” (Lopes, 1949, p. 444).

A rainha não nega ajuda em nome do filho, mas em seu próprio nome, alegando não caber às mulheres os assuntos de guerra. Infelizmente a carta se perdeu e temos apenas o testemunho de Lopes, mas a comparação da primeira carta de Catarina de Castela, transcrita, e a segunda, parafraseada, indicam o que Capdevila (2001) chamou de *jogos de gênero*, em que homens e mulheres dentro de contextos de crise e disputas de poder no espaço público podem reforçar identidades de gênero aceitas pelos interlocutores, mesmo que em outros momentos rompam com essas mesmas identidades. Se na primeira carta Catarina de Castela fala com propriedade em seu próprio nome como articuladora da paz entre Castela e Portugal e em nome do seu filho para empreender a guerra contra Granada, na segunda a rainha se retira do jogo político por ser mulher e exime o filho de responsabilidades por ser ainda criança.

## Felipa de Lancaster (1360-1415): cartas silenciadas

As negociações, a dispensa papal e as festas de casamento de D. João I de Portugal e D. Felipa de Lancaster recebem destaque na segunda parte da *Crônica do rei D. João I*. O primeiro cronista de Avis dedica também um capítulo sobre os *costumes e bondades* da rainha (Lopes, 1949, p. 225-226), construindo um perfil de rainha modelar, principalmente se comparado ao perfil da rainha anterior, D. Leonor Teles (Coser, 2009; Hoffmann, 2019). Esse perfil modelar é retomado pelo cronista sucessor de Lopes a partir de 1454, Gomes Eanes de Zurara, que se refere a Felipa de Lancaster como *santa rainha* na *Crônica da Tomada de Ceuta* (Coser, 2013; Silva, 2017).

Em que pesem as conexões de Felipa de Lancaster com o reino inglês e a importância que Zurara confere à rainha nos momentos que antecedem a conquista de Ceuta, o cronista, como seu antecessor, não faz referências ao epistolário da rainha. Zurara substituiu Lopes como cronista do reino e guarda-mor da Torre do Tombo no reinado de Afonso V, rei que entrou em colisão com seu tio, anterior regente de Portugal, o príncipe D. Pedro, estimado por Lopes. Feito cavaleiro e comendador da Ordem de Cristo, o segundo cronista de Avis adotou um estilo de escrita com características de exaltação à nobreza e poucas referências aos demais grupos sociais.

A anuência da rainha D. Felipa de Lancaster com relação à empreitada em Ceuta é relatada por Zurara como de importância tanto para o monarca português quanto para seus filhos (Zurara, 1915, p. 60-65). O orgulho e a consciência da rainha com relação à própria linhagem são também expressos, principalmente na passagem em que encomenda espadas para fazer seus filhos cavaleiros (Zurara, 1915, p. 126-129). A habilidade política da rainha é igualmente demonstrada especialmente na passagem em que, diante de rumores de um ataque iminente dos portugueses aos mouros, uma embaixada de Granada, frustrada com as evasivas de D. João I, envia uma das esposas do rei mouro para conversar com a rainha portuguesa, demandando intercessão pela paz. A negativa da rainha lembra as palavras de sua irmã na carta parafraseada por Lopes:

amtre os christaaos nem he bem comtado a nehuua rrainha nem a outra nehuua grande primçesa de sse tremeter nos feitos de seu marido, quamto em semelhantes casos [...] e as suas molheres quamto melhores ssam, tamto com mayor dilligemçia se guardam de quererem saber o que a ellas nom perteeçe. (Zurara, 1915, p. 107).

A argumentação de não se intrometer nos feitos do marido e não querer saber do que não pertence às mulheres contrasta com a argumentação para encomendar as espadas e fazer os filhos cavaleiros:

E como quer que seja cousa empachosa de os cavaleiros tomarem armas de mão das molheres, eu vos rrogo que vos nom queiraes teer açerqua desta que vos eu dou, semelhamte embargo. Ca segumdo a linhagem domde eu deçemdo, e a vontade que tenho pera acreçemtamento de vossas homrras, numca emtemdo que vos por ello empeeçimento nem dano possa viinr, amte creio que a minha beemçam e deles vos fara grande ajuda. (Zurara, 1915, p. 128).

O contraste entre as duas passagens de Zurara apresenta as características dos jogos de gênero vistas na crônica de Lopes com relação às cartas da irmã de Felipa de Lancaster, D. Catarina de Castela, uma transcrita e a outra parafraseada. Mas Zurara não está se referindo nessas passagens a cartas e, sim, a supostas falas da rainha, recurso que utiliza com frequência. Tendo em vista que o cronista não presenciou os acontecimentos e não menciona documentos escritos, provavelmente escreve com base em relatos de terceiros, de forma que fica mais difícil ainda do que no caso anterior identificarmos a utilização ou não dos jogos de gênero no exercício do poder da rainha.

O silêncio dos cronistas com relação às cartas de D. Felipa de Lancaster é eloquente na medida em que algumas delas chegaram a nossos dias. Como bem demonstrou Manuela Santos Silva, cerca de 80 cartas ou diplomas régios outorgando privilégios são assinados pelo rei e pela rainha, seguidos também em alguns casos do príncipe herdeiro. Além desses documentos, conservaram-se cartas de D. Felipa dirigidas aos reis ingleses Ricardo II, seu primo de primeiro grau, e Henrique IV, seu irmão, e a dois prelados ingleses, o bispo de Canterbury e o arcebispo de Norwich, ambos primos da rainha (Silva, 2016). Igualmente, conservou-se a carta de D. Felipa de Lancaster para seu marido D. João I, solicitando que fosse respeitada sua jurisdição sobre as terras concernentes à Casa da Rainha (Silva, 2010).

Mas a carta que particularmente interessa para uma reflexão sobre os ecos das correspondências de rainhas nas crônicas portuguesas é a enviada por D. Felipa de Lancaster ao rei D. Fernando de Aragão em 1415, uma omissão importante no relato de Zurara. Assim como o rei de Granada ficou alarmado ao tomar conhecimento de que o reino português se preparava para uma guerra, o mesmo se deu com outros reis, inclusive o rei de Aragão, fato que é contado pelo segundo cronista de Avis (Zurara, 1915, p. 101-104). No entanto, o cronista não relata que, apesar das garantias de que não havia qualquer hostilidade por parte de D. João I ao reino aragonês, registradas em carta enviada pelo rei português ao rei de Aragão, a rainha também escreve uma carta a D. Fernando. De forma semelhante, o cronista afirma que os embaixadores aragoneses levaram cartas de D. Fernando a D. João (Zurara, 1915, p. 102), mas não especifica que eram cartas de apresentação endereçadas ao rei D. João I, ao Condestável de Portugal, Nuno Alvarez, e à rainha D. Filipa. As cartas, datadas de 28 de novembro de 1414, estão transcritas no *Monumenta Henricina* e correspondem aos documentos 42 a 44 (Dias, 1960, p. 109-111).

O conteúdo das cartas enviadas ao rei e à rainha é rigorosamente o mesmo, mudando apenas o destinatário: “Rey muyt caro e muit amado thio” e “Rena muyt cara e muit amada thia” (Dias, 1960, p. 109-110). A evocação de parentesco, já observada nas cartas trocadas por D. Catarina de Castela e D. João I, aludindo à proximidade com o destinatário é um recurso utilizado independente do gênero.

A carta de apresentação enviada a Nuno Alvarez contrasta com aquelas enviadas a D. João e D. Felipa. D. Fernando dirige-se ao Condestável apenas pelo nome, sem alusão às suas funções ou qualidades e sem manifestações de afeto. A carta é mais curta e não inclui as palavras de introdução e encerramento que constam nas enviadas ao rei e à rainha, desejando saúde e oferecendo o que desejarem de seu reino.

A carta escrita por D. Felipa de Lancaster ao rei D. Fernando de Aragão em 9 de janeiro de 1415, documento 49 do *Monumenta Henricina* (Dias, 1960, p. 121-122), traz algumas pistas sobre os desdobramentos da embaixada enviada pelo rei aragonês, a quem chama de “Muy amado e muj preçado rrey d’Aragom, sobrinho amigo”.

A rainha confirma que recebeu a carta de apresentação dos embaixadores enviados, o *mosén*<sup>4</sup> Severo de Nava e o doutor em leis Dalman de Sant Dionis. Afirma também que: “e, per o que eles de vossa parte disserom, foy certa do que deseivades saber” (Dias, 1960, p. 121). A passagem indica que os embaixadores relataram em nome de D. Fernando o que ele desejava saber, ou seja, se a guerra iminente seria contra seu reino e posses. D. Felipa justifica o fato de não ter enviado uma resposta antes: “E porque meu senhor elrey vos screve sobre todo conpridamente, segundo a alo bem vereedes, porem entendi que o que el screvya abastaria” (Dias, 1960, p. 121).

Em seguida, a rainha dá todas as garantias de que não haverá nenhuma hostilidade de Portugal contra Aragão: “E porem, muy amado e preçado sobrinho, vos faço certo e seguro que vos creaaes que el nem nehua cousa sua nunca foy nem he em preposito de enpeeçer a cousa que vossa fosse, por o grã divido que convosco há e por a grande boa vontade que vos sempre teve e tem” (Dias, 1960, p. 122). Podemos depreender dessas passagens que a resposta do rei não foi suficiente, como D. Felipa supunha.

A omissão de Zurara acerca da participação efetiva da rainha nos assuntos referentes à embaixada aragonesa e a ênfase na negação da rainha de participar dos assuntos da embaixada de Granada indicam uma seleção deliberada dos aspectos que deviam ser salientados acerca da *santa rainha*.

## Leonor de Aragão (ca.1402- 1445): carta de humilhação?

Rui de Pina não foi o sucessor imediato de Zurara (que morreu em 1474), mas em 1490 recebeu uma tença de D. João II para dar continuidade à escrita das crônicas dos reis portugueses. O cronista serviu também ao rei D. Manuel e exerceu suas funções em contexto muito diferente dos cronistas anteriores, pois foi testemunho das navegações portuguesas que cruzaram o Atlântico e participou inclusive de missões diplomáticas para negociações com a Espanha relativas aos domínios na América.

Lembremos que Lopes escreveu suas crônicas nos reinados iniciais de afirmação da dinastia de Avis e presenciou o conflito entre o regente D. Pedro e o rei D. Afonso V, cujo desfecho é a batalha de Alfarrobeira. Zurara, por sua vez, escreveu sua obra nas décadas de 1450 e 1460, sob o reinado de D. Afonso V. Tinha apenas 5 anos quando ocorreu a conquista de Ceuta (1415), campanha vitoriosa de D. João I, relatada em sua *Crônica da Tomada de Ceuta*, mas já tinha 34 anos quando ocorreu outra campanha vitoriosa, empreendida por D. Duarte, na Guiné (1444), narrada pelo autor na *Crônica da Guiné*. Por motivos óbvios, não narrou o desastre do reinado de D. Duarte na tentativa frustrada de tomar Tânger (1437). Presenciou igualmente o êxito de D. Afonso V na expansão no norte da África, relatado por Rui de Pina.

Nas crônicas de Rui de Pina – *Crônica do rei D. Duarte e Crônica do rei D. Afonso V* – encontramos as referências à rainha D. Leonor de Aragão. Esposa de D. Duarte e mãe de D. Afonso V, a rainha, ao ficar viúva, tornou-se regente de acordo com a vontade expressa pelo marido em testamento, uma vez que o filho era ainda criança. A oposição dos irmãos de D. Duarte à regência da rainha, com o apoio de parte da nobreza que se ressentia das ligações de D. Leonor (que era filha do rei D. Fernando de Aragão) com seus irmãos, a obrigam a aceitar uma regência partilhada com o infante D. Pedro e mais tarde a sua deposição da função e exílio, mas não sem antes resistir. As relações de gênero ficam claras nas crônicas de Pina. Na *Crônica de D. Afonso V*, o cronista repetidamente argumenta que a oposição à regência da rainha se dava por ser *mulher e estrangeira* (Coser, 2019).

No exílio em Castela, reino cuja rainha era irmã de D. Leonor de Aragão, a rainha portuguesa consegue o apoio para demandar seus direitos usurpados. Embaixadas são enviadas de Castela a Portugal exigindo a restituição da regência e dos bens da rainha. Entretanto, mudanças das configurações políticas em Castela que levam à perda de poder dos infantes aragoneses acabam por enfraquecer o poder de pressão de D. Leonor de Aragão. Segundo Pina, a rainha pouco antes de sua morte estava em condições de penúria e acaba por enviar seu capelão-mor a Portugal para requerer ao infante D. Pedro seu retorno, abrindo mão de quaisquer direitos. O texto de Pina não deixa claro se a passagem a seguir trata-se de uma paráfrase de carta enviada pela rainha ao regente ou uma mensagem enviada oralmente:

[...] ao qual Infante a Rainha com palavras e cousas assaz piadosas, enviava já pedir, ao mais consentimento e lugar para vir a estes reinos, e n'elles morrer, não como Rainha, mas como sua irmã menor que se queria poer em suas mãos, de que se contentaria receber o que elle quisesse, e lhe parecesse razão. (Pina, 1901, v. 2, p. 17).

A condição de *irmã menor* do cunhado evocada pela rainha assemelha-se à forma como Catarina de Castela se dirigia a D. João I. Mas o termo *menor*, o pedido de se colocar *em suas mãos* e a disposição de abrir mão de sua condição de rainha diferem-se enormemente do posicionamento de Catarina de

Castela. María Jesús Fuente (2020) afirma que, nas cartas que analisou, as mulheres em perigo tendem a buscar comover o destinatário enfatizando aspectos íntimos e evitando tratar de questões políticas em seus gritos de socorro. A autora também conclui que, nas cartas, Leonor de Guzman se mostra humilde e em perigo, mas Blanca de Bourbon se mostra humilhada. A condição de humilhada parece ser a que mais se adequa às palavras de D. Leonor de Aragão na versão de Rui de Pina.

## Conclusão

Dentre os cronistas estudados, sem sombra de dúvida, Fernão Lopes foi o que mais fez uso em seus textos dos documentos depositados na Torre do Tombo. Zurara e Pina não fizeram tantas menções a documentos escritos em suas crônicas, mesmo que muito provavelmente tenham se valido de escritos deixados por Lopes.

A omissão das cartas de D. Felipa de Lancaster indica uma escolha deliberada de Lopes, seguida por Zurara, no sentido de não enfatizar a rede de influências que a rainha exercia seja na Inglaterra, seja na península Ibérica. Pode-se conjecturar que o empenho de D. Felipa para a paz com Castela não tenha sido menor do que o da sua irmã D. Catarina. Observa-se, principalmente na narrativa de Lopes, mas também na de Zurara, o intuito de omitir ou amenizar as funções que D. Filipa exercia nos assuntos do reino, que certamente eram semelhantes às das outras rainhas de seu tempo ou mesmo mais importantes, devido às conexões de sua linhagem.

Por outro lado, a menção às cartas de outras rainhas com claras participações políticas e que defenderam suas prerrogativas de regência é verificável nos escritos de Lopes e, com menos certeza, de Pina. Nesses casos os leitores são levados a identificar ações de desespero (D. Leonor Teles), traição (D. Catarina de Castela) e humilhação (D. Leonor de Aragão).

No entanto, apesar das escolhas e intenções dos cronistas, os ecos das cartas das rainhas nesses escritos trazem indícios das redes de influência e das estratégias para o exercício e a manutenção de poder de que essas mulheres dispunham. Lopes cita nominalmente os fidalgos endereçados nos gritos de socorro de D. Leonor Teles e nos mostra dois recursos importantes utilizados por D. Catarina de Castela em suas funções de regente: a evocação da intimidade do parentesco e os jogos de gênero. Parentesco igualmente evocado por D. Leonor de Aragão, segundo Rui de Pina, em sua carta (?) de súplica ao infante D. Pedro.

Os ecos das cartas das rainhas atravessaram sete séculos chegando ao conhecimento de um contingente de leitores/ouvintes inimaginável para aquelas que escreveram. A *Crônica de D. João I* (partes I e II) foi editada pela primeira vez no início do século XVII, enquanto a *Crônica de D. Fernando* teve sua primeira edição no século XIX, com reimpressões sucessivas até o século XX (Macchi, 1975). A *Crônica da tomada de Ceuta* foi impressa nos séculos XVII, XIX e XX (Pereira, 1915). A primeira impressão da *Crônica do rei D. Afonso V* foi no final do século XVIII, na *Coleção Inéditos da História Portuguesa* (Correia da Serra, 1790).

As formas como as cartas das rainhas foram mencionadas, omitidas, apropriadas, transcritas ou parafraseadas influenciaram a maneira como várias gerações de leitores – e também historiadores – interpretaram os fatos passados e a própria função legítima da rainha na Idade Média portuguesa.

O presente artigo certamente não esgota o tema e espera-se que contribua para que pesquisadoras(es) sigam a trilha desses ecos epistolares. Em primeiro lugar, seria necessário empreender um minucioso levantamento e posterior cotejamento das cartas de rainhas que chegaram aos nossos dias e suas utilizações na produção cronística. Além disso, compreendendo as construções de gênero como essencialmente relacionais, seria igualmente importante comparar as cartas das rainhas mencionadas nas crônicas com as cartas de outras mulheres e homens no mesmo *corpus* documental.

Tais procedimentos podem contribuir ainda mais para os avanços das pesquisas que atualmente têm sido produzidas sobre o epistolário de mulheres na Idade Média e o papel que as rainhas ibéricas desempenhavam nos assuntos de seus reinos.

## Referências

- AMADO, Teresa. *Fernão Lopes, contador de história: sobre a Crônica de D. João I*. Lisboa: Editorial Estampa, 2005.
- BALEIRAS, Isabel de Pina. *Uma rainha inesperada*. Leonor Teles. Lisboa: Círculo de Leitores, 2012.
- BISCHETTI, Claudia. La corrispondenza “al femminile” di Clarice Orsini (1468-1488). Tra vita privata e rappresentanza familiare. In: JARDIN, Jean Pierre; MARIN, Annabelle; ROCHWERT-ZUILLI, Patrícia et al. *Correspondências entre mujeres em la Europa Medieval*. E-Spania Books, 2020. Disponível em: <https://books.openedition.org/esb/2772>.
- BEAUCHAMP, Alexandra. Trouver sa place dans la famille royale et vivre loin des siens. La correspondance féminine de Matha d’Armagnac, épouse de l’infant Jean d’Aragon (1373-1378). In: JARDIN, Jean Pierre; MARIN, Annabelle; ROCHWERT-ZUILLI, Patrícia et all. *Correspondências entre mujeres em la Europa Medieval*. E-Spania Books, 2020. Disponível em: <https://books.openedition.org/esb/2738>.
- CAPDEVILA, Luc. Résistance civile et jeux de genre. France-Allemagne-Bolivie-Argentine, Deuxième Guerre mondiale – années 1970-1980. *Annales de Bretagne et des Pays de L’Ouest*. v. 2, n. 8, 2001, p.103-128. Disponível em: <https://journals.openedition.org/abpo/1737>.
- CORREIA DA SERRA, José Francisco (dir.). *Coleção inéditos da história portuguesa*. Lisboa: Oficina da Academia Real das Ciências de Lisboa, 1790.
- COSER, Miriam Cabral. *Política e Gênero: o modelo de rainha nas crônicas de Fernão Lopes e Zurara (Portugal – século XV)*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.
- COSER, Miriam Cabral. Modelo Mariano e Discurso Político: o exemplo de Filipa de Lancaster. *Ciências Humanas e Sociais em Revista*. v. 31, 2009, p. 66-87.
- COSER, Miriam Cabral. Biografia e gênero: abordagens historiográficas da rainha regente Leonor Teles, Portugal – século XIV. *Recôncavo*. Revista de História da UNIABEU, v. 3, n. 5, 2013, p. 87-98.
- COSER, Miriam Cabral. Mulher não devia ter regimento: rainhas regentes, rainhas depostas (Portugal, séc. XIV-XV). *Brathair*. Revista de Estudos Celtas e Germânicos, v. 19, n. 2, 2019, p. 154-172.
- DIAS, Antônio Joaquim (ed.). *Monumenta Henricina*. v. 2. Coimbra: Oficinas Gráficas da Atlântida, 1960.
- FRÓES, Vânia Leite. *Era no tempo do rei*. Estudo sobre o ideal do rei e das singularidades do imaginário português na Idade Média. Tese (Requisito para concurso de Professor Titular de História Medieval) – Universidade Federal Fluminense, Niterói. 1995.
- FUENTE, María Jesús. Gritos de Socorro: mensajes de una reina y una ‘casi reina’ em la Castilla del siglo XIV. In: JARDIN, Jean Pierre; MARIN, Annabelle; ROCHWERT-ZUILLI, Patrícia et all. *Correspondências entre mujeres em la Europa Medieval*. E-Spania Books, 2020. Disponível em: <https://books.openedition.org/esb/2702>.
- GARCÍA HERRERO, María del Carmen. María de Castilla, reina de Aragón (1416-1458): la mediación incansable. *E-Spania*. Revue interdisciplinaire d’études hispaniques médiévales et modernes, fev, 2015. Disponível em: <http://e-spania.revues.org/24120>.
- JARDIN, Jean Pierre; MARIN, Annabelle; ROCHWERT-ZUILLI, Patrícia et al. *Correspondências entre mujeres em la Europa Medieval*. E-Spania Books, 2020. Disponível em: <https://books.openedition.org/esb/2608>.
- HOFFMANN, Raquel. Filipa Rainha - D. Filipa de Lancaster e o processo de legitimação da Dinastia de Avis. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em História Social/USP, São Paulo, 2019.
- LOPES, Fernão. *Crônica de D. João I*. v. 1. Porto: Civilização, 1945.
- LOPES, Fernão. *Crônica de D. João I*. v. 2. Porto: Civilização, 1949.
- LOPES, Fernão. *Crônica de D. Fernando*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1975.

MALEVAL, Maria do Amparo Tavares *A Revolução pelos ornamentos*: Fernão Lopes. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

MONTEIRO, João Gouveia. *Fernão Lopes: texto e contexto*. Coimbra: Minerva, 1988.

NIETO SORIA, José Manuel. Conclusiones. Cartas que hablan, cartas que callan. In: JARDIN, Jean Pierre; NIETO SORIA, José Manuel; Patricia ROCHWERT-ZUILLI, Patricia; THIEULIN-PARDO, Hélène (dir.). *Actas del congreso Cartas de mujeres en la Europa Medieval. España, Francia, Italia, Portugal (siglos XI-XV)*, coloquio organizado por CLEA (Université Paris-Sorbonne), LECMO (Université Sorbonne Nouvelle-Paris 3). Madrid: La Ergástula, 2018.

OLIVEIRA, Ana Rodrigues. *Rainhas medievais portuguesas*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2010.

PEREIRA, Franciso Maria Esteves. Impressões. In: ZURARA, Gomes Eannes de. *Crônica da Tomada de Ceuta*. Lisboa: Academia das Ciências, 1915.

PINA, Rui de. *Crônica de D. Afonso V. 3 v.* In: PEREIRA, G. *Biblioteca de Clássicos Portuguezes*. Lisboa: Escrip-torio, 1901.

SILVA, Manuela Santos. A Casa e o patrimônio da Rainha de Portugal D. Filipa de Lencastre: um ponto de partida para o conhecimento da Casa das Rainhas na Idade Média. *Signum. Revista da ABREM*, v. 11, n. 2, 2010, p. 207-227.

SILVA, Manuela Santos. Felipa de Lancáster, la dama inglesa que fue modelo de *reginalidad* en Portugal (1387-1315). *Anuario de Estudios*, v. 46, n. 1, jan-jun, 2016, p. 203-230.

SILVA, Manuela Santos. Filipa de Lancáster en Portugal (1387-1415): ¿las raíces de una nueva religiosidad? *Edad Media. Revista de Historia*, n. 18, 2017, p. 101-117.

ZUMTHOR, Paul. *A letra e a voz. A “literatura” medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ZURARA, Gomes Eannes de. *Crônica da Tomada de Ceuta*. Lisboa: Academia das Ciências, 1915.

ZURARA, Gomes Eannes de. *Crônica da Guiné*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1972.

## Notas finais

<sup>1</sup> A publicação é resultado de pesquisas realizadas pelo programa MISSIVA – Cartas de mulheres na Europa Medieval (Espanha, França, Itália, Portugal), que reúne diversos(as) estudiosos(as) que se dedicam a investigar as cartas trocadas entre mulheres nos séculos VIII a XV.

<sup>2</sup> Optamos aqui por não atualizar a grafia das edições utilizadas para não comprometer o sentido do texto. Esforços de atualização ortográfica foram feitos posteriormente a estas edições, obtendo maior ou menor êxito no que tange a preservação do sentido dos textos manuscritos tomados como base. Um exemplo de atualização bem-sucedida é a edição crítica de Teresa Amado da *Crônica de D. João I*, disponível em [https://imprensanacional.pt/wp-content/uploads/2022/09/D-Joao-PAG\\_AF\\_E\\_ma.pdf](https://imprensanacional.pt/wp-content/uploads/2022/09/D-Joao-PAG_AF_E_ma.pdf)

<sup>3</sup> Em Portugal, há uma diferença de grafia entre os concelhos das cidades e o conselho ou os conselheiros do rei.

<sup>4</sup> Do catalão, *mossèn* (*mi señor*), *mosén* era um título endereçado tanto aos clérigos, quanto aos nobres de segunda classe no reino de Aragão. Ver: *Diccionario de la lengua española* (Real Academia Española; Asociación de Academias de la Lengua Española), disponível em: <https://dle.rae.es/mos%C3%A9n>.

**Recebido em:** 27/03/2024  
**Aprovado em:** 10/09/2024